

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Projeto Básico 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	LUANA MARRIE DE MORAIS SOUZA BARBOSA	12/05/2026 10:06 (v 0.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		9951/2026

1. Descrição do objeto da contratação

Com base nas análises técnicas realizadas durante o levantamento de mercado e nos estudos preliminares desenvolvidos, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento ao interesse público consiste na implantação da infraestrutura viária do empreendimento habitacional por meio de execução indireta, contemplando a elaboração dos estudos e projetos de engenharia, bem como a execução das obras necessárias à completa urbanização das vias do Setor Melissa Park II, no município de Itaberaí, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, parâmetros executivos, especificações dos serviços e critérios orçamentários necessários à execução das obras de infraestrutura urbana do Setor Melissa Park II, empreendimento destinado à implantação de unidades habitacionais a custo zero, em parceria com o Governo Federal, voltadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do município.

Destaca-se que a execução da infraestrutura proposta possui relevante caráter social, uma vez que viabilizará condições adequadas de habitabilidade, mobilidade, segurança e salubridade aos futuros moradores, contribuindo diretamente para a promoção da dignidade humana, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

A obra contemplará a execução de pavimentação viária, sistema de drenagem pluvial, implantação de iluminação pública e dispositivos de acessibilidade e acesso urbano, assegurando a adequada funcionalidade do empreendimento e proporcionando infraestrutura essencial ao desenvolvimento ordenado da comunidade.

2. Planta de localização da intervenção

A Planta de Localização integrante deste Projeto Básico tem por objetivo identificar e situar geograficamente a área de intervenção correspondente ao Setor Melissa Park II, no município de Itaberaí. O documento possibilita a adequada compreensão da localização do empreendimento, servindo como instrumento de apoio à análise técnica, planejamento executivo e fiscalização das obras de infraestrutura previstas, garantindo maior precisão na definição das intervenções a serem executadas.

A planta integrante do projeto referente ao presente processo licitatório encontra-se disponível no arquivo **LOCALIZAÇÃO MELISSA PARK II** deste Projeto Básico, correspondente ao endereço situado no Setor Melissa Park II.

3. Elementos gráficos de engenharia

Os elementos gráficos de engenharia constantes neste Projeto Básico foram elaborados com a finalidade de representar, de forma clara, precisa e padronizada, todas as soluções técnicas previstas para a execução das obras de infraestrutura do Setor Melissa Park II, no município de Itaberá. Os desenhos técnicos compreendem plantas, cortes, perfis, detalhes construtivos, seções transversais, quadros e demais representações necessárias à perfeita caracterização dos serviços a serem executados.

Tais elementos foram desenvolvidos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e têm como objetivo subsidiar a correta interpretação do projeto, possibilitando a adequada execução, acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços contratados, assegurando compatibilidade entre as disciplinas envolvidas, precisão executiva e atendimento aos padrões de qualidade, segurança e funcionalidade exigidos para a obra.

Tudo o que foi descrito acima está descrito de forma detalhada nos arquivos **Projeto Volume II Melissa Park II e Projeto Volume I Melissa Park II**.

4. Estudos topográficos

O estudo topográfico e geotécnico do presente projeto encontra-se no arquivo **RASOF_LEV_MELISSA_PARK-MELISSA**, contendo todas as informações necessárias para a correta compreensão das características físicas da área em análise. O levantamento foi realizado por meio de métodos e equipamentos adequados, garantindo precisão na obtenção dos dados planialtimétricos do terreno.

As informações coletadas subsidiaram a elaboração das plantas e serviram como base para o desenvolvimento do projeto, possibilitando a adequada implantação das estruturas propostas, bem como a análise das condições de declividade, drenagem e movimentação de terra.

Dessa forma, o estudo topográfico constitui ferramenta fundamental para assegurar a viabilidade técnica do projeto, contribuindo para a otimização dos recursos e a redução de possíveis impactos durante a execução da obra.

5. Memorial descritivo

O Memorial Descritivo estabelece de forma detalhada os elementos constituintes da obra, os respectivos métodos construtivos e as unidades de medidas adotadas. As Especificações Técnicas definem as diretrizes e condições para a execução dos serviços, incluindo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis, bem como os critérios de medição e aceitação dos serviços.

É vedada a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando acompanhada da expressão “ou equivalente”, devidamente justificada, de modo a assegurar a ampla competitividade do certame, nos termos da legislação vigente.

O Memorial Descritivo pormenorizado encontra-se disponível nos **Projeto Volume II Melissa Park II e Projeto Volume I Melissa Park II**.

6. Especificações técnicas

Todas as especificações técnicas necessárias para execução do objeto aqui detalhado estão especificados nos arquivos **Projeto Volume II Melissa Park II e Projeto Volume I Melissa Park II**, bem como no arquivo **ORÇAMENTO ONERADO COMPLETO**.

7. Orçamento

O orçamento estimativo foi elaborado com base nas tabelas oficiais de referência do SINAPI 02/2026, GOINFRA 12/2025 e composições, com data-base de Fevereiro de 2026, adotando-se BDI Sem Desoneração no percentual de 23,38%, detalhado em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e demais normativos aplicáveis.

O orçamento encontra-se devidamente instruído nos arquivos denominados:

- **ORÇAMENTO ONERADO COMPLETO;**
- **Curva ABC Melissa Park II;**
- **Cotação Detalhado 198 2026.**

8. Cronograma físico-financeiro ou evento

O cronograma físico-financeiro dos serviços de engenharia encontra-se devidamente detalhado e apresentado no arquivo **ORÇAMENTO ONERADO COMPLETO** constituindo parte integrante e indissociável do presente instrumento, devendo ser rigorosamente observado pela empresa contratada durante a execução do objeto.

O Cronograma Físico-Financeiro estabelece a vinculação dos pagamentos ao cumprimento de etapas, marcos físicos ou metas de resultado previamente definidos, sendo vedada a remuneração por itens unitários isolados nos casos de contratação sob regime de empreitada por preço global.

9. Estimativa de viabilidade socioeconômica

A contratação dos serviços de pavimentação asfáltica para as vias do empreendimento habitacional de interesse social tem por objetivo gerar benefícios diretos e indiretos à Administração Pública e à coletividade, sob as perspectivas da eficiência, eficácia, economicidade e sustentabilidade, em consonância com os princípios que regem a gestão pública.

Sob o ponto de vista da **eficiência e da eficácia**, a execução da pavimentação proporcionará condições adequadas de trafegabilidade, garantindo o acesso seguro e contínuo às unidades habitacionais, tanto para veículos quanto para pedestres. A melhoria das condições de circulação contribuirá significativamente para a redução de custos operacionais relacionados ao transporte, à diminuição do desgaste de veículos e à menor necessidade de intervenções corretivas emergenciais. Ademais, possibilitará maior regularidade e qualidade na prestação de serviços públicos essenciais, tais como coleta de resíduos sólidos, transporte escolar, atendimento de saúde, segurança pública e serviços de emergência.

No que se refere à **economicidade**, a implantação de pavimentação adequada reduz de forma expressiva a necessidade de intervenções frequentes típicas de vias não pavimentadas, como patrolamento, encascalhamento e recomposição do leito natural. Dessa forma, espera-se a diminuição de gastos recorrentes com manutenção corretiva, além de maior previsibilidade orçamentária, permitindo melhor planejamento e alocação dos recursos públicos.

Sob a ótica do **aproveitamento racional dos recursos públicos**, a contratação viabiliza a aplicação mais eficiente de recursos humanos, materiais e financeiros, ao priorizar uma solução definitiva, durável e tecnicamente adequada, em substituição a medidas paliativas de baixa efetividade. Tal abordagem contribui para a otimização do ciclo de vida da infraestrutura implantada, reduzindo custos totais ao longo do tempo.

Do ponto de vista **social**, a pavimentação das vias contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada, proporcionando maior conforto, mobilidade, segurança e salubridade. A eliminação da poeira em períodos secos e da lama em períodos chuvosos reduz a incidência de problemas respiratórios e doenças associadas, melhora as condições sanitárias e promove maior dignidade aos moradores. Além disso, a valorização do espaço urbano fortalece o sentimento de pertencimento e inclusão social, contribuindo para a consolidação do empreendimento habitacional.

No que tange aos **impactos ambientais positivos**, a pavimentação contribui para a redução da emissão de partículas sólidas em suspensão, mitigando efeitos adversos à saúde pública e ao meio ambiente. Quando associada à implantação de sistemas adequados de drenagem superficial, favorece o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo a ocorrência de processos erosivos, assoreamento e degradação do solo, além de preservar o sistema natural de drenagem e minimizar impactos ambientais negativos.

Adicionalmente, a solução proposta pode incorporar **boas práticas de engenharia e sustentabilidade**, como o uso de materiais adequados, controle tecnológico na execução, e, quando viável, a utilização de insumos reciclados ou tecnologias que aumentem a durabilidade do pavimento, reduzindo a necessidade de futuras intervenções e o consumo de recursos naturais.

Por fim, a contratação apresenta aderência ao princípio do **desenvolvimento nacional sustentável**, ao promover a implantação de infraestrutura urbana básica essencial para a efetividade das políticas públicas habitacionais. Tal iniciativa estimula o desenvolvimento ordenado do território, contribui para a valorização imobiliária, fomenta a dinamização da economia local e amplia as condições de acessibilidade e integração urbana.

Dessa forma, os benefícios decorrentes da contratação evidenciam-se não apenas sob o aspecto técnico-operacional, mas também econômico, social e ambiental, demonstrando a adequação da solução proposta e sua relevante contribuição para o atendimento do interesse público e para a promoção do bem-estar coletivo.

10. Estudo de concepção e de alternativa

Foi realizado levantamento técnico com a finalidade de identificar, analisar e comparar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade de implantação de pavimentação viária no empreendimento habitacional de interesse social no Município de Itaberá, considerando aspectos técnicos, econômicos, operacionais, de durabilidade e de adequação às condições locais de tráfego, solo e clima.

Para subsidiar a tomada de decisão, foram avaliadas soluções amplamente adotadas pela Administração Pública em empreendimentos de natureza semelhante, com base em referências de contratações públicas, manuais técnicos de engenharia e práticas consolidadas no setor de infraestrutura urbana. A análise contemplou, de forma integrada, critérios como custo de implantação, vida útil da solução, necessidade e frequência de manutenção, facilidade de execução, desempenho ao longo do tempo e adequação ao perfil de vias predominantemente residenciais.

Dentre as alternativas identificadas no mercado, destacam-se as seguintes soluções tecnicamente viáveis:

a) Manutenção periódica do leito natural com execução direta pela Administração Pública

Esta alternativa consiste na realização de serviços recorrentes de patrolamento, encascalhamento e recomposição do leito das vias. Embora apresente baixo custo inicial e facilidade de execução, trata-se de solução de caráter essencialmente paliativo, que não elimina os problemas estruturais da via. Além disso, demanda intervenções frequentes, especialmente em períodos chuvosos, elevando o custo acumulado ao longo do tempo. Tal condição compromete a eficiência do gasto público, não assegura condições adequadas e permanentes de trafegabilidade e gera baixo retorno social, especialmente em áreas habitacionais consolidadas.

b) Execução direta de pavimentação pela Administração Pública

A execução direta pode ser considerada em situações específicas, especialmente em intervenções de pequeno porte ou baixa complexidade. Contudo, em empreendimentos de maior escala, como o caso em análise, essa alternativa tende a apresentar limitações relacionadas à disponibilidade de equipe técnica especializada, equipamentos adequados, capacidade operacional e gestão eficiente de insumos. Tais fatores podem impactar negativamente a qualidade final da obra, os prazos de execução e o controle tecnológico necessário, reduzindo a eficiência e a eficácia da intervenção.

c) Execução indireta de pavimentação mediante contratação de empresa especializada

Esta alternativa consiste na contratação, por meio de processo licitatório, de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação. Apresenta, de modo geral, a melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo, ao viabilizar a implantação de solução definitiva, com maior durabilidade e desempenho estrutural adequado. Além disso, permite a utilização de técnicas construtivas modernas, mão de obra qualificada e controle tecnológico rigoroso, resultando em menor necessidade de manutenção corretiva e maior vida útil da infraestrutura implantada.

A partir da análise comparativa das alternativas, verifica-se que a solução de manutenção periódica do leito natural, embora economicamente menos onerosa no curto prazo, não atende de forma satisfatória à demanda existente, por não garantir condições adequadas, seguras e permanentes de trafegabilidade, configurando-se como medida temporária e de baixa efetividade.

Por sua vez, a execução direta pela Administração Pública, ainda que possível, apresenta restrições operacionais e técnicas que podem comprometer a qualidade, a eficiência e o prazo de execução da obra, sobretudo considerando a complexidade e a escala do empreendimento em questão.

Diante desse cenário, a execução indireta, por meio da contratação de empresa especializada, mostra-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por assegurar maior eficiência, qualidade construtiva, durabilidade e economicidade ao longo do ciclo de vida da obra. Ademais, essa modalidade possibilita a definição, em etapa posterior, das soluções técnicas mais adequadas por meio de projetos executivos detalhados, garantindo maior precisão no atendimento das necessidades identificadas.

Assim, conclui-se que a solução adotada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, representando a alternativa mais adequada para a implantação da pavimentação viária no empreendimento habitacional de interesse social no Município de Itaberai.

11. Documentos complementares

Com a finalidade de assegurar a adequada formalização do presente processo, bem como garantir a regularidade técnica dos serviços propostos, encontra-se anexada a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), constante no arquivo **ART.pdf**, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

Integra, ainda, o presente instrumento, o Relatório Fotográfico, constante no arquivo **RELATÓRIO FOTOGRÁFICOA**, e a Matriz de Gerenciamento de Riscos, constante no arquivo **MR 989403 000087-2026**.

A Matriz de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos inerentes à execução do objeto, contemplando aspectos técnicos, operacionais, administrativos e contratuais.

Tal instrumento visa subsidiar a adequada gestão contratual, promovendo maior segurança jurídica, estabilidade técnica e conformidade com os normativos aplicáveis, além de contribuir para a mitigação de eventos que possam impactar negativamente o cronograma, o orçamento ou a qualidade dos serviços a serem executados.

Dessa forma, a adoção da matriz de riscos fortalece os mecanismos de planejamento, controle e acompanhamento da execução contratual, alinhando-se às boas práticas de governança e à busca pela eficiência na aplicação dos recursos públicos.

12. Licenças, outorgas ou autorizações

Para a execução da obra, faz-se necessária a obtenção da Licença Ambiental de Instalação, nos termos da legislação vigente. Ressalta-se, contudo, que a referida licença deverá ser apresentada após a conclusão do processo licitatório, sendo expressamente vedada a inauguração, ocupação ou utilização do empreendimento sem a prévia e regular apresentação da mencionada licença.

13. Subsídios

Gestão e Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, conforme as competências estabelecidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a segregação de funções.

Gestor do Contrato

Compete ao gestor a coordenação das atividades relativas à fiscalização técnica e administrativa, bem como o controle do cronograma físico-financeiro e a instrução de processos de aditivos ou sanções.

Compete ao fiscal o acompanhamento direto e sistemático da execução técnica no canteiro, verificando a conformidade dos materiais, a execução dos serviços conforme as normas da ABNT e o registro fiel no Diário de Obras.

Estratégia de Fiscalização e Suprimentos

A fiscalização utilizará como parâmetro o cronograma físico-financeiro aprovado ou o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), devendo a Contratada manter no canteiro de obras a documentação técnica atualizada (projetos *as built*, licenças e diários). A estratégia de suprimentos deve garantir a compatibilidade entre o recebimento de materiais e as etapas de execução, evitando estoques ociosos ou paralisações por desabastecimento.

Quando identificadas não conformidades, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Registro formal:

- Relatório de fiscalização;
- Registro fotográfico;
- Preenchimento do diário de obra;

Notificação da contratada:

- Descrição da irregularidade;
- Indicação do dispositivo contratual descumprido;
- Fixação de prazo para correção;

Prazo para correção:

- Definido conforme a complexidade do serviço, em regra entre **2 e 10 dias úteis**;

Reavaliação:

- Nova vistoria para verificação da regularização.

Prestação de Contas e Registros Fotográficos

Em observância ao princípio da transparência e ao **art. 19, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, a fiscalização deverá manter um sistema de acompanhamento periódico da evolução da obra.

Relatórios Mensais

A Contratada deverá apresentar, juntamente com as medições, relatórios de evolução contendo o comparativo entre o planejado e o executado.

Memória Fotográfica

É obrigatória a inclusão de registro fotográfico datado e georreferenciado (sempre que possível), que demonstre claramente o avanço das etapas medidas e a qualidade dos serviços ocultos (fundações, armaduras, tubulações, etc.). A ausência de fotos comprobatórias poderá ensejar a glosa da medição correspondente.

Obrigações Perante o Órgão de Controle (TCM-GO)

O plano de gestão deve assegurar a alimentação tempestiva dos sistemas de controle externo, garantindo que a documentação da obra esteja apta a comprovar a regularidade da despesa, sob pena de responsabilização solidária do gestor e do fiscal por omissão no dever de fiscalizar, conforme jurisprudência consolidada sobre a efetividade do acompanhamento de obras públicas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO DOS REIS PERES SCUISSATO

Diretor de Projetos de Arquitetura